



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE

07/05/2009

A.

REQUERIMENTO Número /x ( .ª)

PERGUNTA Número 2254 /x ( 4 .ª)

**Assunto:** Traçado da A32 na zona da Branca

**Destinatário:** Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

*Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

A construção da A32 previa até há pouco duas alternativas de traçados:

- O Traçado Base (ou Solução 1) a poente da actual EN1, dentro do espaço-canal e previsto há mais de 20 anos, sem qualquer contestação local.
- O Traçado novo (Alternativa 5) com uma sub-alternativa (Alternativa 5A), a nascente da EN1, com mais 10 Kms de extensão e um viaduto de 995 metros, ocupando a estação Arqueológica do Monte S. Julião e merecendo a rejeição da população.

O EIA realizado reprovou 3 dos 5 parâmetros da avaliação deste traçado (Alternativa 5), a que acresce um conjunto de impactes negativos de vulto analisados e apontados na avaliação designada por Contestação Técnica da obra promovida pela população. Apesar disso, a Alternativa 5A (com pequena variante de 2Kms à Alternativa 5) viria inesperadamente a ser a solução escolhida.

A população local da freguesia da Branca com cerca de 650 habitantes considera-se vítima de cabala ou de erro técnico, mostrando-se indignada e revoltada com a 'decisão política' tomada contra eles.

Na sequência da apresentação da Contestação Técnica nas Secretarias de Estado do Ambiente e das Obras Públicas, na EP, na Agência Portuguesa do Ambiente, foram informados que a mesma 'estaria a ser analisada', mas o resultado nunca lhes foi comunicado.

Por despacho do Secretário de Estado do Ambiente é publicada em 23 de Março de 2009 a Declaração de Impacte Ambiental sem nenhuma alteração aos traçados anteriormente aprovados.

Atendendo ao exposto, e no sentido de obter todos os cabais esclarecimentos da tutela sectorial, vêm o(s)

rc

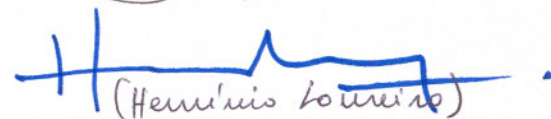
Deputado(s) do Partido Social Democrata fazer eco das justas interrogações da população e requerer ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis a resposta às seguintes perguntas:

1. Com os inúmeros inconvenientes evidenciados no EIA, qual a razão da adopção da Alternativa 5A?
2. Segundo alegam os locais, durante a deslocação do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro do Ambiente e do Sr. Ministro das Obras Públicas a Aveiro, em que o assunto foi abordado, terão sido compreendidas as razões técnicas invocadas e as razões da rejeição, e terão prometido trabalhar numa solução que satisfizesse a população. Porque razão tal não se confirmou?
3. Foi identificado algum inconveniente técnico, financeiro ou legal no traçado que a população parece preferir, no sentido de fazer a ligação do traçado da Alternativa 5A à Solução 1, com um pequeno traçado novo de 500m de extensão?
4. Porque razão não foi dada qualquer explicação à população, ignorando-se a Contestação Técnica entregue?
5. Porque foi ignorada na DIA - Declaração de Impacte Ambiental essa alternativa proposta, aparentemente mais consensual e com menores impactes?

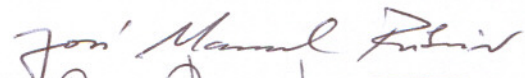
Palácio de São Bento, 7 de Maio de 2009.

Deputados

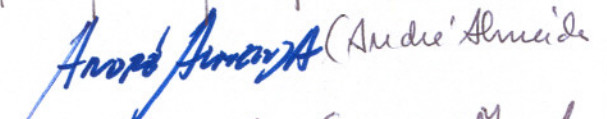
 (JORGE COSTA)

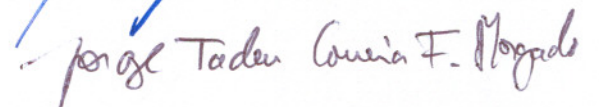
  
(Henrique Lourenço)

  
Luís Monteiro

  
José Manuel Furtado

  
Paulo António

  
André Almeida

  
Jorge Tadeu Correia F. Morgado